



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

PROVIMENTO CONJUNTO nº 11/2020-CRMB/CJCI.

Dispõe sobre a utilização e o funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico (**PJeCor**) nas Corregedorias de Justiça do Estado do Pará.

As Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém, e DIRACY NUNES ALVES, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO as diretrizes formuladas pela Resolução CNJ 185/2013, que instituiu o PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais, com a alteração advinda na Resolução 320/2020, que estendeu a plataforma para processamento dos feitos das Corregedorias de Justiça, além das disposições da Lei 11.419/2006;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará já havia sido selecionado para participar da fase de projeto-piloto e treinamento do PJeCor, oportunidade que editou o Provimento Conjunto nº 003/2020- CJRMB/CJCI que implantou o uso obrigatório do Sistema PJeCor do Conselho Nacional de Justiça no âmbito das Corregedorias de Justiça do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o Provimento nº 102, de 08 de junho de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça que dispõe sobre diretrizes e parâmetros para a implantação, utilização e o funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias (PJeCor);

CONSIDERANDO a importância da utilização de um sistema informatizado único para todas as Corregedorias, unificando, padronizando e garantindo maior eficiência, transparência e economia na atuação dos órgãos correicionais;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a regulamentação vigente sobre a utilização do PJeCor pelas Corregedorias de Justiça;

RESOLVEM:

Art. 1º Tornar obrigatória a utilização do Sistema PJeCor, do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito das Corregedorias de Justiça do Estado do Pará, para a produção, registro, tramitação, consulta e recebimento de procedimentos administrativos, cujas classes encontram-se previstas no Anexo 1 deste Provimento Conjunto.

Art. 2º O registro, o controle e a tramitação dos procedimentos das Corregedorias de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Pará deverão ser promovidos exclusivamente no sistema PJeCor.

Parágrafo Único. Os processos que foram autuados anteriormente e ainda se encontram em tramitação, serão digitalizados na sua integralidade ou migrados para o PJeCor, conforme o caso, para inclusão no sistema até o dia 31.08.2020, desde que sua classe esteja contida no anexo I deste ato normativo.

Art. 3º As Corregedorias de Justiça do Estado do Pará, na utilização do PJeCor, adotarão os parâmetros fixados pela Corregedoria Nacional de Justiça, a quem cabe a gestão do sistema, nos termos do art. 3º do Provimento 102/2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Art. 4º O acesso ao PJeCor ocorrerá nos termos do art. 1º da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e da Resolução CNJ n. 185/2013.

Art. 5º O cadastramento de novos processos ou de petições dirigidas às Corregedorias de Justiça deve ser realizado pelos usuários diretamente no sistema PJeCor.

§ 1º Em caso de usuário externo ou jurisdicionado que não possui acesso ao sistema, o recebimento de peças poderá ocorrer:

I – mediante encaminhamento de peça por e-mail, através dos endereços corregedoria.capital@tjpa.jus.br ou corregedoria.interior@tjpa.jus.br, de acordo com a jurisdição de cada Corregedoria de Justiça ou outro canal eletrônico oficial;

II – por atermação, realizada por servidor da Corregedoria de Justiça, hipótese em que o instrumento e seus anexos serão digitalizados para inclusão no PJeCor, com a entrega do original ao interessado;

III – em meio físico, mediante apresentação de peça no setor de protocolo da Corregedoria de Justiça competente.

§ 2º No caso de recebimento de documentos no protocolo por meio físico, após digitalizadas e inseridas no processo eletrônico, as peças originais serão imediatamente devolvidas ao interessado ou, na impossibilidade de devolução imediata, destruídas no prazo de 30 dias contados da entrega do documento, independentemente de intimação;

§ 3º Em caso de inoperância momentânea do sistema, os expedientes urgentes poderão ser registrados no Sigadoc apenas para garantir sua apreciação ou tempestividade, devendo ser incluídos no PJeCor tão logo seja normalizado o seu funcionamento.

Art. 6º Deverão ser incluídas no sistema, para qualificação das partes, as seguintes informações:

I - nome completo;

II - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - domicílio (endereço);

IV - endereço eletrônico;

V - número de telefone móvel (celular).

Parágrafo único. Os requisitos dos incisos I, II e III são obrigatórios para a parte autora.

Art. 7º As unidades judiciais, as direções de foro, órgãos do Poder Judiciário, entidades de representação de magistrados e de servidores, serventias extrajudiciais e as associações de notários e registradores serão cadastrados no PJeCor pelas Corregedorias de Justiça como entes e procuradorias para que possam peticionar diretamente no sistema, bem como receber as citações, intimações e notificações por meio eletrônico.

§ 1º Serão cadastrados os magistrados e os servidores, que utilizarão seus respectivos certificados digitais A1 para utilização da plataforma, conforme previsão do art. 4º-A da Resolução CNJ nº 185/2013;

§ 2º Os agentes discriminados no caput e no § 1º deste artigo deverão fornecer os dados pessoais solicitados pelas Corregedorias de Justiça para fins de cadastro no sistema

§ 3º As unidades judiciárias serão representadas, no sistema, pelo magistrado e/ou pelo servidor da unidade por ele designado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

§ 4º Os Magistrados, oficiais de Justiça e outros servidores, bem como, Notários e Registradores serão cadastrados, conforme o caso, como JusPostulandi, para que possam pessoalmente receber atos de comunicação e responder aos expedientes em procedimentos de natureza disciplinar.

Art. 8º Salvo disposição legal em contrário, as citações, notificações e intimações dos procedimentos serão feitas exclusivamente por meio eletrônico, na forma da Lei nº 11.419/2006.

§ 1º Caso não seja possível proceder à intimação por meio eletrônico, admite-se, de forma excepcional e a critério da Corregedoria de Justiça competente, a comunicação dos atos pelo Malote Digital ou qualquer outra forma idônea que permita a plena ciência, resguardada a ampla defesa e contraditório.

§ 2º No caso de procedimentos de natureza disciplinar contra magistrado, servidor e responsável pelos serviços extrajudiciais, a cientificação da sua existência será realizada por e-mail funcional e/ou malote digital, devendo o requerido, a partir de então, proceder ao acompanhamento no sistema, conforme disposto no §4º do art. 7º deste provimento conjunto.

Art. 9º A contagem dos prazos das comunicações feitas por meio eletrônico se dará na forma do art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/2006 e do art. 21 da Resolução 185/2013-CNJ.

Art. 10. No processo eletrônico, os pronunciamentos das Corregedorias de Justiça deverão ser publicados no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), inclusive nos processos que tramitam em segredo de justiça, nos quais o sistema indicará as iniciais dos nomes das partes, assegurando o sigilo necessário.

§ 1º Ocorrendo a intimação eletrônica implícita (art. 5º, § 2º, da Lei Federal nº 11.419/2006) e a publicação da decisão no DJe, prevalece esta última para fins de início da contagem de prazo.

§ 2º A publicação de atos que envolvam questão sigilosa limitar-se-á, se for o caso, aos seus respectivos números, data da decisão e ementa, redigidas de modo a não comprometer o sigilo

Art. 11.A consulta pública aos feitos em tramitação no PJeCor poderá ser realizada por meio de endereço eletrônico definido pela Corregedoria Nacional de Justiça (<https://corregedoria.pje.jus.br/login.seam>), à exceção dos feitos submetidos a sigilo, de acordo com o disposto no art. 11, §6º da Lei nº 11.419/2006 e da Resolução nº 121/2010-CNJ.

Art. 12.A inclusão e/ou exclusão de classes e/ou assuntos, conforme Tabela Processual Unificada - TPU, dos processos e procedimentos administrativos, após a aprovação das Corregedorias de Justiça serão encaminhadas ao Conselho Nacional Justiça.

Art. 13. Cabe ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ prover, disseminar e sustentar soluções e serviços de TIC e infraestrutura para assegurar o pleno atendimento das necessidades do sistema e dos usuários, nos termos do art. 11 do Provimento CNJ Nº 102 do CNJ.

§ 1º O atendimento aos usuários dar-se-á por meio dos seguintes canais de atendimento:

I - o endereço eletrônico sistemasnacionais@cnj.jus.br ou pelo telefone (61) 2326-5353 (dias úteis das 8h às 20h), destinados aos registros de ocorrências técnicas, assim entendidas aquelas referentes à indisponibilidade do sistema e aos erros na execução de tarefas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

II - o endereço eletrônico [pjeacor@cnj.jus.br](mailto:pjecor@cnj.jus.br) para os registros das ocorrências negociais, tais como as relativas às demandas de alteração de fluxo, sugestões de novas ferramentas ou funcionalidades, alterações referentes às classes, assuntos, movimentações e tipos de documentos.

§ 2º O Tribunal de Justiça do Estado do Pará garantirá o atendimento de primeiro nível às suas Corregedorias no uso do PJeCor.

Art. 14. Aplica-se, no que couber, ao uso do PJeCor no âmbito das Corregedorias de Justiça, a Portaria Conjunta nº 01/18 e suas alterações posteriores.

Art. 14. Os casos omissos serão decididos em conjunto pelas Corregedorias de Justiça do TJPA.

Art. 15. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Belém/PA, 23 de junho de 2020.

Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**
CORREGEDORA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Desembargadora **DIRACY NUNES ALVES**
CORREGEDORA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

TABELA PROCESSUAIS UNIFICADAS
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Competência	Cód. da classe	Classe	Sigla da classe	Cód. do assunto	Assunto
Correição	88	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	CorPar	10187	Magistratura
Correição	88	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	CorPar	11064	Representação do Corregedor
Correição	88	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	CorPar	11065	Requerimento da Parte
Correição	1303	CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA	CorExt	10015	Fiscalização



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Correição	1304	INSPEÇÃO	Insp	10015	Fiscalização
Correição	1304	INSPEÇÃO	Insp	11948	Inspeção
Correição	1307	CORREIÇÃO ORDINÁRIA	CorOrd	10015	Fiscalização
Correição	11887	ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO	Cumprdec	10015	Fiscalização
Disciplinar	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10015	Fiscalização
Disciplinar	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10894	Abuso de Poder
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	10012	Dano ao Erário
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	10013	Enriquecimento ilícito
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	10189	Afastamento
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	10190	Processo Disciplinar / Sindicância
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	10894	Abuso de Poder
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	11915	Participação Societária
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	11916	Plantão Judiciário
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	11919	Violação Prerrogativa Advogado
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	11950	Morosidade no Julgamento do Processo
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	11951	Investigação Patrimonial
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	12378	Aposentadoria compulsória (art. 42, V, Lei Complementar 35/1979)
Disciplinar	1262	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR	PADServ	12379	Remoção Compulsória
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	10012	Dano ao Erário
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	10013	Enriquecimento ilícito
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	10189	Afastamento
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	10190	Processo Disciplinar / Sindicância
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	10894	Abuso de Poder



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	11915	Participação Societária
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	11916	Plantão Judiciário
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	11919	Violação Prerrogativa Advogado
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	11950	Morosidade no Julgamento do Processo
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	11951	Investigação Patrimonial
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	12378	Aposentadoria compulsória (art. 42, V, Lei Complementar 35/1979)
Disciplinar	1264	PROC. ADM. DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	PADMag	12379	Remoção Compulsória
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10012	Dano ao Erário
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10013	Enriquecimento ilícito
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10189	Afastamento
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10190	Processo Disciplinar / Sindicância
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10279	Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11915	Participação Societária
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11916	Plantão Judiciário
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11919	Violação Prerrogativa Advogado
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11950	Morosidade no Julgamento do Processo
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11951	Investigação Patrimonial
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	12378	Aposentadoria compulsória (art. 42, V, Lei Complementar 35/1979)
Disciplinar	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	12379	Remoção Compulsória
Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	10187	Magistratura
Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	10225	Acumulação de Cargos
Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	10881	Nepotismo
Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	10894	Abuso de Poder
Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	11919	Violação Prerrogativa Advogado
Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	11937	Desvio de Função



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	11950	Morosidade no Julgamento do Processo
Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	11951	Investigação Patrimonial
Disciplinar	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10011	Improbidade Administrativa
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10012	Dano ao Erário
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10013	Enriquecimento ilícito
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10014	Violação aos Princípios Administrativos
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10189	Afastamento
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10190	Processo Disciplinar / Sindicância
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10225	Acumulação de Cargos
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10279	Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10280	Demissão ou Exoneração
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10281	Advertência
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10282	Suspensão
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10881	Nepotismo
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10894	Abuso de Poder
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11915	Participação Societária
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11916	Plantão Judiciário
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11919	Violação Prerrogativa Advogado
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11937	Desvio de Função
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11950	Morosidade no Julgamento do Processo
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11951	Investigação Patrimonial
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	12378	Aposentadoria compulsória (art. 42, V, Lei Complementar 35/1979)
Disciplinar	1308	SINDICÂNCIA	Sind	12379	Remoção Compulsória
Disciplinar	11892	REVISÃO DISCIPLINAR	RevDis	10279	Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância
Extrajudicial	88	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	CorPar	10187	Magistratura
Extrajudicial	88	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	CorPar	11064	Representação do Corregedor
Extrajudicial	88	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	CorPar	11065	Requerimento da Parte



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Extrajudicial	100	DÚVIDA	Duvida	7725	Registro Civil das Pessoas Naturais
Extrajudicial	100	DÚVIDA	Duvida	7729	Tabelionato de Protestos de Títulos
Extrajudicial	100	DÚVIDA	Duvida	7895	Registro de Imóveis
Extrajudicial	100	DÚVIDA	Duvida	11929	Emolumentos
Extrajudicial	100	DÚVIDA	Duvida	11931	Gratuidade
Extrajudicial	100	DÚVIDA	Duvida	11932	Princípio da Territorialidade
Extrajudicial	100	DÚVIDA	Duvida	11935	Registro de Imóveis
Extrajudicial	100	DÚVIDA	Duvida	11992	Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10015	Fiscalização
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10083	Tabelionatos, Registros, Cartórios
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10099	Ocupação
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10169	Questões Funcionais
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10225	Acumulação de Cargos
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10239	Nomeação
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10881	Nepotismo
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10894	Abuso de Poder
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10928	Competência do Órgão Fiscalizador
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11846	Moradia
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11899	Ato Normativo
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11901	Recomendação
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11902	Resolução Conjunta
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11910	Concurso para serventia extrajudicial
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11925	Vacância
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11926	Remoção
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11927	Desmembramento
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11929	Emolumentos
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11930	Fraude
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11931	Gratuidade
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11932	Princípio da Territorialidade
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11933	Provimento Irregular
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11934	Registro Civil de Nascimento
Extrajudicial	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11935	Registro de Imóveis
Extrajudicial	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	10169	Questões Funcionais
Extrajudicial	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	11927	Desmembramento
Extrajudicial	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	11930	Fraude
Extrajudicial	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	11951	Investigação Patrimonial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10012	Dano ao Erário
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10013	Enriquecimento ilícito
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10073	Concessão / Permissão / Autorização
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10083	Tabelionatos, Registros, Cartórios
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10189	Afastamento
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10190	Processo Disciplinar / Sindicância
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10279	Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11925	Vacância
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11926	Remoção
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11927	Desmembramento
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11928	Cumulação
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11929	Emolumentos
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11930	Fraude
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11931	Gratuidade
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11932	Princípio da Territorialidade
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11933	Provimento Irregular
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11934	Registro Civil de Nascimento
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11935	Registro de Imóveis
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11951	Investigação Patrimonial
Extrajudicial	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Extrajudicial	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	10187	Magistratura
Extrajudicial	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	10881	Nepotismo
Extrajudicial	1301	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	RD	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Extrajudicial	1303	CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA	CorExt	10015	Fiscalização
Extrajudicial	1304	INSPEÇÃO	Insp	10015	Fiscalização
Extrajudicial	1304	INSPEÇÃO	Insp	11948	Inspeção
Extrajudicial	1307	CORREIÇÃO ORDINÁRIA	CorOrd	10015	Fiscalização
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10011	Improbidade Administrativa
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10012	Dano ao Erário
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10013	Enriquecimento ilícito
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10189	Afastamento
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10190	Processo Disciplinar / Sindicância
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10225	Acumulação de Cargos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10279	Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10281	Advertência
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	10881	Nepotismo
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11951	Investigação Patrimonial
Extrajudicial	1308	SINDICÂNCIA	Sind	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	7725	Registro Civil das Pessoas Naturais
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	7729	Tabelionato de Protestos de Títulos
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	7895	Registro de Imóveis
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10083	Tabelionatos, Registros, Cartórios
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10188	Remuneração
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10193	Remoção
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11899	Ato Normativo
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11901	Recomendação
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11910	Concurso para serventia extrajudicial
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11925	Vacância
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11926	Remoção
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11927	Desmembramento
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11928	Cumulação
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11929	Emolumentos
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11931	Gratuidade
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11932	Princípio da Territorialidade
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11933	Provimento Irregular
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11935	Registro de Imóveis
Extrajudicial	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11992	Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Extrajudicial	11887	ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO	Cumprdec	10015	Fiscalização
Extrajudicial	11887	ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO	Cumprdec	11899	Ato Normativo
Extrajudicial	11888	ATO NORMATIVO	Ato	11899	Ato Normativo
Extrajudicial	11888	ATO NORMATIVO	Ato	11900	Resolução
Extrajudicial	11888	ATO NORMATIVO	Ato	11901	Recomendação
Extrajudicial	11888	ATO NORMATIVO	Ato	11902	Resolução Conjunta
Extrajudicial	11889	NOTA TÉCNICA	NT	10015	Fiscalização
Extrajudicial	11889	NOTA TÉCNICA	NT	10083	Tabelionatos, Registros, Cartórios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Extrajudicial	11889	NOTA TÉCNICA	NT	10928	Competência do Órgão Fiscalizador
Extrajudicial	11889	NOTA TÉCNICA	NT	11899	Ato Normativo
Extrajudicial	11892	REVISÃO DISCIPLINAR	RevDis	10279	Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância
Extrajudicial	11893	RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	RGD	10083	Tabelionatos, Registros, Cartórios
Extrajudicial	11893	RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	RGD	11899	Ato Normativo
Residual	256	REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO	REP	11950	Morosidade no Julgamento do Processo
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	4355	Prisão Preventiva
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	7791	Pena Privativa de Liberdade
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	7929	Prisão em flagrante
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10015	Fiscalização
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10087	Defensoria Pública
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10099	Ocupação
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10169	Questões Funcionais
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10187	Magistratura
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10188	Remuneração
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10192	Promoção
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10193	Remoção
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10194	Ministério Público
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10220	Regime Estatutário
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10225	Acumulação de Cargos
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10229	Remoção
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10233	Redistribuição
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10239	Nomeação
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10288	Sistema Remuneratório e Benefícios
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10587	Proteção da Intimidade e Sigilo de Dados
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10632	Prisão Temporária
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10881	Nepotismo
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10904	Prisão Domiciliar / Especial
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10907	Transferência de Preso
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	10928	Competência do Órgão Fiscalizador
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11842	Pessoa Idosa
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11843	Pessoas com deficiência
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11846	Moradia
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11849	Não Discriminação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11872	Sistema de proteção especial a vítimas e a testemunhas
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11899	Ato Normativo
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11901	Recomendação
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11902	Resolução Conjunta
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11916	Plantão Judiciário
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11917	Residência
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11919	Violação Prerrogativa Advogado
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11926	Remoção
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11927	Desmembramento
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11928	Cumulação
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11930	Fraude
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11931	Gratuidade
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11932	Princípio da Territorialidade
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11933	Provimento Irregular
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11937	Desvio de Função
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11938	Provimento de Cargos
Residual	1199	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	PP	11950	Morosidade no Julgamento do Processo
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	10169	Questões Funcionais
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	10187	Magistratura
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	10192	Promoção
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	10193	Remoção
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	10894	Abuso de Poder
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	11917	Residência
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	11927	Desmembramento
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	11930	Fraude
Residual	1298	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PA	11951	Investigação Patrimonial
Residual	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10189	Afastamento
Residual	1299	RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	10894	Abuso de Poder
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	8829	Competência
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10187	Magistratura
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10188	Remuneração
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10189	Afastamento
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10190	Processo Disciplinar / Sindicância
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10191	Aposentadoria
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10192	Promoção
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10193	Remoção



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10651	Competência dos Juizados Especiais
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10652	Competência da Justiça do Trabalho
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10653	Competência da Justiça Federal
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10654	Competência da Justiça Estadual
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10675	Quinto Constitucional
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	10901	Competência por Prerrogativa de Função
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11047	Competência da Justiça Militar da União
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11048	Competência da Justiça Militar dos Estados
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11899	Ato Normativo
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11911	Juizados Especiais
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11912	Juiz Leigo
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11913	Composição de Turmas Recursais
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11914	Licença
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11915	Participação Societária
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11916	Plantão Judiciário
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11917	Residência
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11918	Substituição/Convocação em Tribunal
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11919	Violação Prerrogativa Advogado
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11920	Eleição
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11921	Cargos de Direção
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11922	Órgão Especial
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11950	Morosidade no Julgamento do Processo
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	11952	Apuração de Infração Disciplinar
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	12378	Aposentadoria compulsória (art. 42, V, Lei Complementar 35/1979)
Residual	1680	CONSULTA ADMINISTRATIVA	ConsAdm	12379	Remoção Compulsória
Residual	11887	ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO	Cumprdec	10015	Fiscalização
Residual	11887	ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO	Cumprdec	11899	Ato Normativo
Residual	11888	ATO NORMATIVO	Ato	11899	Ato Normativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Residual	11888	ATO NORMATIVO	Ato	11900	Resolução
Residual	11888	ATO NORMATIVO	Ato	11901	Recomendação
Residual	11888	ATO NORMATIVO	Ato	11902	Resolução Conjunta
Residual	11889	NOTA TÉCNICA	NT	10015	Fiscalização
Residual	11889	NOTA TÉCNICA	NT	10928	Competência do Órgão Fiscalizador
Residual	11889	NOTA TÉCNICA	NT	11899	Ato Normativo
Residual	11893	RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	RGD	4355	Prisão Preventiva
Residual	11893	RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	RGD	7929	Prisão em flagrante
Residual	11893	RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	RGD	10632	Prisão Temporária
Residual	11893	RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	RGD	10907	Transferência de Preso
Residual	11893	RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	RGD	11899	Ato Normativo
Residual	11893	RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	RGD	11916	Plantão Judiciário